

Grandes Opções 2025-2029

Síntese



FICHA TÉCNICA**Título**

Grandes Opções 2025-2029: síntese

Autoria

PLANAPP – Centro de Planeamento e de Avaliação de Políticas Públicas

Data

Março de 2026

PLANAPP – Centro de Planeamento e de Avaliação de Políticas Públicas

Campus XXI, Av. João XXI, n. 63

1000-300 Lisboa

planapp@planapp.gov.pt

www.planapp.gov.pt

Índice

Índice de Quadros	4
Grandes Opções 2025-2029	5
Alinhamento das opções de política económica, social, ambiental e territorial	5
Financiamento e fontes das medidas de política pública.....	9
Eixo prioritário I – Uma política de rendimentos que valoriza o trabalho, a poupança, o mérito e a justiça social	11
Eixo prioritário II – Reforma do Estado e guerra à burocracia: simplificar a vida dos cidadãos e das empresas.....	13
Eixo prioritário III – Criar riqueza, acelerar a economia e aumentar o valor acrescentado.....	17
Eixo prioritário IV – Imigração regulada e humanista	22
Eixo prioritário V – Serviços essenciais a funcionar para todos e com qualidade, com complementaridade entre oferta pública, privada e social	24
Eixo prioritário VI – Segurança mais próxima, justiça mais rápida e combate à corrupção.....	29
Eixo prioritário VII – Construir Portugal: mobilização de todos para ultrapassar a crise da habitação	32
Eixo prioritário VIII – As infraestruturas que alavancam o País.....	34
Eixo prioritário IX – Água que Une: salvaguardar o futuro	36
Eixo prioritário X – Plano de reforço estratégico de investimento em defesa	38

Índice de Quadros

Quadro 1 – Relação das Grandes Opções 2025-2029 com as Megatendências 2050	7
Quadro 2 – Alinhamento das Grandes Opções 2025-2029 com os ODS da Agenda 2030 da ONU	8
Quadro 3 – Programação plurianual do financiamento relativo às medidas e aos investimentos previstos para cada um dos eixos prioritários.....	9
Quadro 4 – Fontes de financiamento para cada um dos eixos prioritários	10
Quadro 5 – Compilação de temas, objetivos estratégicos e medidas de política pública inscritos no eixo prioritário 1 “uma política de rendimentos que valoriza o trabalho, a poupança, o mérito e a justiça social”	11
Quadro 6 – Compilação de temas, objetivos estratégicos e medidas de política pública inscritos no eixo prioritário 2 “reforma do Estado e guerra à burocracia: simplificar a vida dos cidadãos e das empresas”	13
Quadro 7 – Compilação de temas, objetivos estratégicos e medidas de política pública inscritos no eixo prioritário 3 “criar riqueza, acelerar a economia e aumentar o valor acrescentado”	17
Quadro 8 – Compilação de temas, objetivos estratégicos e medidas de política pública inscritos no eixo prioritário 4 “imigração regulada e humanista”	22
Quadro 9 – Compilação de temas, objetivos estratégicos e medidas de política pública inscritos no eixo prioritário 5 “serviços essenciais a funcionar para todos e com qualidade, com complementaridade entre oferta pública, privada e social”	24
Quadro 10 – Compilação de temas, objetivos estratégicos e medidas de política pública inscritos no eixo prioritário 6 “segurança mais próxima, justiça mais rápida e combate à corrupção”	29
Quadro 11 – Compilação de temas, objetivos estratégicos e medidas de política pública inscritos no eixo prioritário 7 “construir Portugal: mobilização de todos para ultrapassar a crise da habitação”	32
Quadro 12 – Compilação de temas, objetivos estratégicos e medidas de política pública inscritos no eixo prioritário 8 “As infraestruturas que alavancam o País”	34
Quadro 13 – Compilação de temas, objetivos estratégicos e medidas de política pública inscritos no eixo prioritário 9 “Água que Une: salvaguardar o futuro”	36
Quadro 14 – Compilação de temas, objetivos estratégicos e medidas de política pública inscritos no eixo prioritário 10 “plano de reforço estratégico de investimento em defesa”	38

Grandes Opções 2025-2029

As Grandes Opções (GO) constituem um instrumento de planeamento que, na sequência do Programa do Governo, define as bases e orientações estratégicas, enquadra as políticas públicas, os planos, os orçamentos e a programação orçamental. As GO são apresentadas à Assembleia da República sob a forma de proposta de lei do Governo, sendo harmonizadas com o Orçamento do Estado em matéria de planeamento, nos termos da Constituição da República Portuguesa.

Por conseguinte, as Grandes Opções 2025-2029 correspondem às orientações e escolhas fundamentais de política pública económica, social, ambiental e territorial. Assentam em 10 eixos prioritários:

1. Uma política de rendimentos que valoriza o trabalho e a poupança, o mérito e a justiça social;
2. Reforma do Estado e guerra à burocracia: simplificar a vida dos cidadãos e das empresas;
3. Criar riqueza, acelerar a economia e aumentar o valor acrescentado;
4. Imigração regulada e humanista;
5. Serviços essenciais a funcionar para todos e com qualidade, com complementaridade entre oferta pública, privada e social;
6. Segurança mais próxima, justiça mais rápida e combate à corrupção;
7. Construir Portugal: mobilização de todos para ultrapassar a crise da habitação;
8. As infraestruturas que alavancam o País
9. Água que Une: salvaguardar o futuro;
10. Plano de reforço estratégico de investimento em defesa.

No conjunto, estes 10 eixos prioritários representam as áreas-chave que estruturam a implementação de um universo de medidas de política pública focadas em consolidar e fortalecer as condições para transformar Portugal.

Alinhamento das opções de política económica, social, ambiental e territorial

As Grandes Opções 2025-2029 foram concebidas para orientar as políticas públicas, respondendo aos desafios nacionais e imediatos, e, também, para posicionar Portugal de forma estratégica no contexto internacional, face aos impactos profundos e duradouros das grandes transformações emergentes.

Neste âmbito, a análise das megatendências 2050 e dos objetivos de desenvolvimento sustentável da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU) esclarecem a ação presente e apoiam as decisões estratégicas que definirão o futuro do país. Estes alinhamentos estão representados nos Quadros 1 e 2, a seguir analisados.

Megatendências 2050

As megatendências são processos de transformação a longo prazo com âmbito alargado e impacto profundo, observáveis no presente e que continuarão a exercer a sua influência durante décadas. Podem ser de natureza social, económica, ambiental, política, tecnológica ou combinar várias destas vertentes. No âmbito da equipa multissetorial de prospetiva da Rede de Serviços de Planeamento e Prospetiva da Administração Pública (REPLAN), foi identificado um conjunto de nove megatendências globais com impacto em Portugal¹.

O relatório “Megatendências 2050. O Mundo em Mudança: Impactos em Portugal” apresenta uma análise das megatendências que irão moldar o futuro de Portugal até 2050. O objetivo é esclarecer a ação presente à luz dos futuros possíveis e preferíveis, fornecendo pistas e contributos para as decisões estratégicas que irão determinar o que será o País. É por isso uma ferramenta relevante para a construção de cenários e de uma visão sobre o que se pretende que Portugal seja em 2050. Neste contexto, as nove megatendências são as seguintes:

- Agravamento das alterações climáticas
- Pressão crescente sobre os recursos naturais
- Diversificação e mudança dos modelos económicos
- Evoluções demográficas divergentes
- Um mundo mais urbano
- Um mundo mais digital
- Aceleração do desenvolvimento tecnológico
- Um mundo multipolar
- Novos desafios à democracia

A análise apresentada no Quadro 1 indica que os dez Eixos Prioritários das Grandes Opções 2025-2029 estão alinhados com as Megatendências 2050, o que garante que as políticas propostas respondem às transformações globais e emergentes. Este concentra-se em três grandes transições: a ecológica, a económica e tecnológica; e a social e demográfica; e ainda, nos desafios geopolíticos e institucionais, reforçando a resiliência, a coesão social e a eficiência do Estado.

Em adição e para uma explicação metodológica da elaboração deste quadro remete-se para a publicação em Diário da República da Lei n.º 73-B/2025 de 31 de dezembro, que aprova as Grandes Opções para 2025-2029².

¹ Este documento pode ser consultado em: <https://planapp.gov.pt/wp-content/uploads/2025/06/REPLAN-RelatorioMegatendencias2050.pdf> (acedido em 19/03/2026).

² Este documento pode ser consultado em <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/lei/73-b-2025-993315589> (acedido em 19/03/2026).

Quadro 1 – Relação das Grandes Opções 2025-2029 com as Megatendências 2050

Eixos prioritários das Grandes Opções 2025-2029	Megatendências 2050								
	1. Agravamento das alterações climáticas	2. Pressão crescente sobre os recursos naturais	3. Evoluções demográficas divergentes	4. Um mundo mais urbano	5. Um mundo mais digital	6. Aceleração do desenvolvimento tecnológico	7. Diversificação e mudança dos modelos económicos	8. Um mundo multipolar	9. Novos desafios à democracia
1. Uma política de rendimentos que valoriza o trabalho e a poupança, o mérito e a justiça social		+	+++	+	+	+	+		++
2. Reforma do Estado e guerra à burocracia: simplificar a vida dos cidadãos e das empresas			+	++	+++/-	++	++	+	+++/-
3. Criar riqueza, acelerar a economia e aumentar o valor acrescentado	++	+++		+++	++	+++	+++	+	
4. Imigração regulada e humanista			++	+				+	
5. Serviços essenciais a funcionar para todos e com qualidade, com complementaridade entre oferta pública, privada e social	+++	+	+++	+++	+++/-	+++	+++	+	++
6. Segurança mais próxima, justiça mais rápida e combate à corrupção				+	++				++
7. Construir Portugal: mobilização de todos para ultrapassar a crise da habitação			++	+++					++
8. As infraestruturas que alavancam o País	++	++		+++	+++	+	+++		
9. Água que Une: salvaguardar o futuro	+++	+++		+++	+	+	+		
10. Plano de reforço estratégico de investimento em defesa	+	+	+		+		+	+++	

Legenda: sem relação, em branco; consonante +; muito consonante ++; extremamente consonante +++; dissonante -; muito dissonante --; extremamente dissonante ---; consonante em parte e dissonante em parte +/-; muito consonante, com elementos de dissonância +++/-; extremamente consonante, com elementos de dissonância +++/-

Do mesmo modo, os dezassete Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030, da Organização das Nações Unidas (ONU), apelam à ação global até 2030. As Grandes Opções 2025-2029 também alinham as suas medidas, organizadas em dez eixos prioritários, com esses objetivos (ver Quadro 2).

Quadro 2 – Alinhamento das Grandes Opções 2025-2029 com os ODS da Agenda 2030 da ONU

Objetivos de desenvolvimento sustentável	Eixos prioritários das Grandes Opções 2025-2029									
	1. Uma política de rendimentos que valoriza o trabalho e a poupança, o mérito e a justiça social	2. Reforma do Estado e guerra à burocracia: simplificar a vida dos cidadãos e das empresas	3. Criar riqueza, acelerar a economia e aumentar o valor acrescentado	4. Imigração regulada e humanista	5. Serviços essenciais a funcionar para todos e com qualidade, com complementaridade entre oferta pública, privada e social	6. Segurança mais próxima, justiça mais rápida e combate à corrupção	7. Construir Portugal: mobilização de todos para ultrapassar a crise da habitação	8. As infraestruturas que alavancam o País	9. Água que Une: salvaguardar o futuro	10. Plano de reforço estratégico de investimento em defesa
 1. Erradicar a pobreza	●	○								
 2. Erradicar a fome			●						○	○
 3. Saúde de qualidade		○			●	●				
 4. Educação de qualidade	●	●	●	○	●	○				○
 5. Igualdade de género	○	○								
 6. Água potável e saneamento									●	
 7. Energias renováveis e acessíveis								●		
 8. Trabalho digno e crescimento económico	●	●	●	○	●			○		○
 9. Indústria, inovação e infraestruturas		●	●		○	●	●	●	○	●
 10. Reduzir as desigualdades	●	○	○	●	●					
 11. Cidades e comunidades sustentáveis		●	●		●	○	●	○		●
 12. Produção e consumo sustentáveis			○					○	○	
 13. Ação climática		○						○		
 14. Proteger a vida marinha									○	
 15. Proteger a vida terrestre			●						○	
 16. Paz, justiça e instituições eficazes	○	●	●	●	●	●	○	●		●
 17. Parcerias para a implementação dos objetivos		●			○	○		●		●

Legenda: contributo principal ● / contributo secundário ○

Todos os ODS são abrangidos pelas medidas dos 10 eixos prioritários; a maioria das políticas alinha-se com pelo menos um ODS e apenas cerca de 14% não têm alinhamento.

Financiamento e fontes das medidas de política pública

As Grandes Opções 2025-2029 concretizam-se num conjunto de medidas de política pública cujas fontes de financiamento abrangem fundos nacionais e europeus, e cuja programação plurianual dos investimentos previstos para cada um dos eixos prioritários das Grandes Opções 2025-2029 é apresentada no Quadro 3.

Quadro 3 – Programação plurianual do financiamento relativo às medidas e aos investimentos previstos para cada um dos eixos prioritários

Programação Plurianual (M€)						
Eixos prioritários GO 2025-2029	2025	2026	2027	2028	2029	Total
1. Uma política de rendimentos que valoriza o trabalho e a poupança, o mérito e a justiça social	1.293	1.415	1.682	1.886	1.571	7.848
2. Reforma do Estado e guerra à burocracia: simplificar a vida dos cidadãos e das empresas	384	439	446	196	129	1.595
3. Criar riqueza, acelerar a economia e aumentar o valor acrescentado	4.895	6.603	7.035	5.042	3.327	26.901
4. Imigração regulada e humanista	79	133	154	142	84	592
5. Serviços essenciais a funcionar para todos e com qualidade, com complementaridade entre oferta pública, privada e social	1.900	2.813	2.212	1.262	1.184	9.371
6. Segurança mais próxima, justiça mais rápida e combate à corrupção	147	199	118	68	52	584
7. Construir Portugal: mobilização de todos para ultrapassar a crise da habitação	701	914	657	20	20	2.312
8. As infraestruturas que alavancam o País	2.363	3.645	3.156	2.298	2.034	13.496
9. Água que Une: salvaguardar o futuro	356	535	527	457	426	2.301
10. Plano de reforço estratégico de investimento em defesa	1.064	1.196	1.810	1.792	1.802	7.664
Total	13.182	17.892	17.797	13.163	10.629	72.663

Legenda: M€ – milhões de euros

Em termos de financiamento nacional, destaca-se o Orçamento do Estado, complementado pelo Fundo Ambiental (FA) e pelo Fundo de Inovação, Tecnologia e Economia Circular (FITEC).

Por sua vez, as fontes europeias incluem:

- O Plano de Recuperação e Resiliência (PRR);
- O Acordo de Parceria Portugal 2030 (PT 2030), com cinco fundos: Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER), Fundo de Coesão (FC), Fundo Social Europeu Mais (FSE+), Fundo de Transição Justa (FTJ) e Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e Pesca e Aquicultura (FEAMPA);
- O Plano Estratégico da Política Agrícola Comum (PEPAC) com dois fundos: Fundo Europeu Agrícola de Garantia (FEAGA) e Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER);

- Outras, como: Mecanismo interligar a Europa (MIE), Horizonte Europa (HE), Programa Europa Digital, InvestEU, Programa Ambiente e Ação Climática (LIFE), Fundo para o Asilo, a Migração e a Integração (FAMI), Fundo para a Segurança Interna, Instrumento de Apoio Financeiro à Gestão das Fronteiras e à Política de Vistos, Mecanismo Financeiro do Espaço Económico Europeu (EEA Grants) e Instrumento de Ação para a Segurança da Europa (SAFE).

O Quadro 4 evidencia o contributo de várias fontes de financiamento para cada um dos eixos prioritários das GO 2025-2029.

Quadro 4 – Fontes de financiamento para cada um dos eixos prioritários

Eixos prioritários GO 2025-2029	Fontes de Financiamento (M€)				
	Nacionais ⁽¹⁾	PRR	PT 2030	Outras F. EU ⁽²⁾	Total
1. Uma política de rendimentos que valoriza o trabalho e a poupança, o mérito e a justiça social	6.752	131	964	0	7.848
2. Reforma do Estado e guerra à burocracia: simplificar a vida dos cidadãos e das empresas	658	795	142	0	1.595
3. Criar riqueza, acelerar a economia e aumentar o valor acrescentado	7.696	5.644	8.754	4.807	26.901
4. Imigração regulada e humanista	134	0	457	0	592
5. Serviços essenciais a funcionar para todos e com qualidade, com complementaridade entre oferta pública, privada e social	3.670	3.523	2.154	24	9.371
6. Segurança mais próxima, justiça mais rápida e combate à corrupção	374	207	2	0	584
7. Construir Portugal: mobilização de todos para ultrapassar a crise da habitação	81	2.231	0	0	2.312
8. As infraestruturas que alavancam o País	3.963	3.007	5.124	1.402	13.496
9. Água que Une: salvaguardar o futuro	824	138	1.253	86	2.301
10. Plano de reforço estratégico de investimento em defesa	3.063	58	0	4.543	7.664
Total	27.217	15.735	18.850	10 862	72.663

Legenda: milhões de euros M€

Notas: ⁽¹⁾ Inclui valores da Contrapartida Pública Nacional (CPN), do Fundo Ambiental e outras fontes nacionais previstas no Orçamento do Estado.

⁽²⁾ Inclui valores do Plano Estratégico da Política Agrícola Comum, do Mecanismo Interligar a Europa, Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos Pescas e Aquicultura e Instrumento de Ação para a Segurança da Europa

Por último, é de referir que a nota metodológica relativa aos Quadros de programação plurianual para financiamento das medidas de política pública pode ser consultada na [Lei n.º 73-B/2025 de 31/12/2025, que aprova as Grandes Opções 2025-2029](#)³.

³ Este documento pode ser consultado em <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/lei/73-b-2025-993315589> (acedido em 19/03/2026).

Eixo prioritário I – Uma política de rendimentos que valoriza o trabalho, a poupança, o mérito e a justiça social

A visão ambicionada para o país neste eixo prioritário assenta numa política que promove salários mais altos e impostos mais baixos, considerando que o esforço do trabalho é o motor da prosperidade nacional e não pode ser penalizado por um sistema que despreza o esforço do trabalho, desincentivando a produtividade e a ambição.

Este eixo prioritário promove uma política fiscal mais justa e racional, com a redução de impostos sobre o trabalho e de incentivo à poupança, para aumentar rendimentos, atrair investimento e reforçar o Estado social. Ao mesmo tempo, promove políticas de igualdade, de valorização das famílias e um sistema de apoios sociais simples, coerente e eficaz, que protege os mais vulneráveis sem desincentivar a integração no mercado de trabalho.

Este eixo prioritário inclui os temas, objetivos estratégicos e medidas de política pública constantes do Quadro 5. Estes elementos, por sua vez, estão fundamentados nos indicadores de contexto e relacionam-se com os instrumentos de planeamento associados aos eixos prioritários das Grandes Opções 2025-2029, e cuja programação de financiamento e suas fontes são explicitadas nos Quadros 3 e 4.

Quadro 5 – Compilação de temas, objetivos estratégicos e medidas de política pública inscritos no eixo prioritário 1 “uma política de rendimentos que valoriza o trabalho, a poupança, o mérito e a justiça social”

Temas	Objetivos estratégicos	Medidas de política pública
Rendimentos	Aumentar os rendimentos e aliviar a carga fiscal sobre o trabalho e pensões	Salário Mínimo de 1.100 euros, salário médio 2.000 euros, e nenhum pensionista com rendimento abaixo de 870 euros;
		Reduzir o IRS em 2.000 milhões de euros ao longo da legislatura, dos quais 500 milhões já em 2025, baixando a carga fiscal sobre os rendimentos, em especial para a classe média;
		Consolidação e reforço do IRS Jovem como medida estrutural para aumentar o rendimento disponível e apoiar a autonomia dos jovens;
		Prosseguir a reforma fiscal, aproveitando a revisão e racionalização da despesa fiscal (benefícios fiscais), para ampliar o alívio fiscal transversal sobre o trabalho e o investimento. Reforço da simplificação e previsibilidade fiscal, limitando a discricionariedade da autoridade tributária.
Poupança	Melhorar a literacia financeira e incentivar a poupança	Estimular a poupança, evoluindo para um sistema de tributação limitada da poupança e dos rendimentos reinvestidos. No âmbito do processo europeu de reforço dos mecanismos de poupança, envolver neste sistema produtos financeiros específicos para trabalhadores, associados a planos de poupança de longo prazo;
		Elevar o nível de literacia financeira da população, nomeadamente nas matérias relativas à poupança, investimento e preparação para a reforma.
Apoios sociais e inclusão	Tornar os apoios sociais mais eficazes e integrados	Simplificar o regime das prestações sociais não contributivas, através da sua agregação económica, englobando complementos em algumas prestações e/ou agregando prestações de natureza similar e/ou complementar, com o objetivo de tornar mais claras as condições de acesso, melhorar a cobertura e contribuir para o combate à exclusão (inclui Prestação Social Única);

Temas	Objetivos estratégicos	Medidas de política pública
		Criação da Prestação de Incentivo ao Trabalho, no âmbito de um redesenho do sistema de apoios sociais que garanta que não há uma perda de rendimento disponível quando haja um aumento dos rendimentos do trabalho;
		Criar um sistema digital centralizado, permitindo a consulta e o acesso rápido aos beneficiários de apoios sociais, com requisitos de elegibilidade claros e com medidas para garantir que as ajudas não são retiradas abruptamente quando os rendimentos aumentam ligeiramente;
		Garantir que o acesso a apoios sociais não amplifica efeitos de chamada ¹ e reforçar o acompanhamento dos beneficiários de prestações não contributivas, garantindo o cumprimento dos compromissos assumidos e uma entrada célere no mercado de trabalho;
		Rever o regime de atribuição e fiscalização do rendimento social de inserção, e avaliar a sua acumulação com outros apoios sociais e a introdução de obrigações de solidariedade;
		Rever o regime jurídico do subsídio de desemprego.
	Promover a inclusão	Prosseguir a implementação da Estratégia Única dos Direitos das Crianças e Jovens 2025-2035, executando os respetivos Planos de Ação, com enfoque na redução da pobreza infantil e na boa aplicação da garantia para a infância;
		Valorizar e apoiar o cuidador informal, reforçando e ampliando a formação e certificação, bem como criar uma Bolsa de Cuidadores Informais;
		Promover o acolhimento familiar e a adoção em vez da institucionalização;
		Garantir a execução da Estratégia Nacional para a Longevidade;
		Tornar os apoios mais eficazes às pessoas com deficiência, designadamente da concretização da Estratégia Nacional para a Inclusão das Pessoas com Deficiência e respetivos planos de ação, a vigorar a partir de 2026;
		Fortalecer a rede de acessibilidades e reforçar a fiscalização no cumprimento das normas de acessibilidades;
		Construção do “projeto vida”, projeto de intervenção em três níveis: emergência, acompanhamento e avaliação, e preparação para a autonomia das pessoas em situação de sem-abrigo;
		Desenvolver projetos-piloto experimentais e inovadores capazes de dar resposta às necessidades das pessoas em situação de sem-abrigo, nomeadamente respostas para pessoas com dependências;
		Dignificar e apoiar o setor social e solidário, como parceiro estratégico do Estado em matéria de ação social e na resposta aos problemas dos mais vulneráveis, reforçando também a sua sustentabilidade financeira, através da simplificação das regras referentes aos equipamentos sociais, bem como o relacionamento entre a Segurança Social e as instituições da ação social;
		Promover a capacitação das instituições do setor social para respostas inovadoras que privilegiem a autonomia, o apoio domiciliário e o papel dos cuidadores informais, em detrimento da institucionalização dos utentes.

Nota: ⁽¹⁾ Efeitos de chamada traduzem-se no aumento de adesão/procura de um apoio social em reação às condições desse benefício social.

Eixo prioritário II – Reforma do Estado e guerra à burocracia: simplificar a vida dos cidadãos e das empresas

A visão ambicionada para o país neste eixo prioritário assenta numa política que coloca as pessoas no centro da ação governativa, garantindo um Estado ágil, transparente, eficaz e facilitador do desenvolvimento económico e social, atento aos riscos associados à aceleração tecnológica, nomeadamente o agravamento das desigualdades sociais e de género.

Este eixo prioritário fomenta a simplificação, a concentração e a responsabilização, eliminando burocracia, reduzindo prazos e criando um ponto único de contacto para cidadãos e empresas. Também é acelerada a digitalização através da interoperabilidade e da inteligência artificial, redefinindo processos para a obtenção de maior transparência e menor custo. É igualmente adotada uma nova reorganização interna do Estado, com estruturas essenciais, descentralização, autonomia e rigor na avaliação, enquanto a contratação pública adota regras claras e fiscalização a posteriori. São também valorizados o mérito e a produtividade dos trabalhadores públicos, para atrair e reter talento. Em suma, tudo é sustentado no princípio da confiança entre Estado e cidadãos.

Neste âmbito, o eixo prioritário contém os temas, objetivos estratégicos e medidas de política pública constantes do Quadro 6. Estes elementos, por sua vez, estão assentes nos indicadores de contexto e relacionam-se com os instrumentos de planeamento associados aos eixos prioritários das Grandes Opções 2025-2029, e cuja programação de financiamento e suas fontes são explicitadas nos Quadros 3 e 4.

Quadro 6 – Compilação de temas, objetivos estratégicos e medidas de política pública inscritos no eixo prioritário 2 “reforma do Estado e guerra à burocracia: simplificar a vida dos cidadãos e das empresas”

Temas	Objetivos estratégicos	Medidas de política pública
No plano da simplificação dos procedimentos	Combate à burocracia que prejudica as empresas e os cidadãos	Desburocratizar e acelerar os regimes de licenciamento, de autorização e da contratação pública, eliminando o excesso de pronúncias prévias (incluindo pareceres, vinculativos ou não), privilegiando a fiscalização a posteriori, adotando sempre que possível o deferimento tácito, e penalizando indeferimentos injustificados;
		Introduzir mecanismos de <i>sunset clauses</i> ² , garantindo que a ausência de clarificação relativa a um processo de licenciamento extingue determinadas exigências, dando aos cidadãos e empresas previsibilidade e segurança nos seus investimentos;
		Rever e simplificar as regras aplicáveis às empresas e às instituições e equipamentos sociais, desde a sua criação e registo, eliminando atos exigidos para a sua atividade e procurando a simplificação, digitalização e eliminação de redundâncias;
		Combinar os projetos de reengenharia de processos conduzidos por cada ministério, com um processo aberto, recolhendo contributos da sociedade civil para identificação e preparação de medidas de desburocratização e eliminação ou simplificação de processos ou requisitos administrativos;
		Rever e acelerar o sistema de controlo financeiro da Administração Pública, substituindo o paradigma de controlo prévio pelo controlo concomitante e sucessivo, e concentrando a jurisdição do Tribunal de Contas no controlo específico e na responsabilidade financeira;

Temas	Objetivos estratégicos	Medidas de política pública
No plano da digitalização da Administração Pública		Rever e acelerar a justiça administrativa e fiscal; Rever as regras de contratação pública; Criar pontos únicos de contacto físicos e digitais para empresas e cidadãos, promovendo uma relação simplificada e eficaz com a Administração Pública; Incentivar a colaboração ativa entre os diversos intervenientes para a adoção de soluções que garantam a célere aprovação de projetos; Implementar uma cultura de avaliação sistemática de políticas públicas, com base em dados e evidência; Criar um portal público com estatísticas de cumprimento de prazos por entidade, eventualmente associados a sistemas de incentivos; Desenvolver, no processo legislativo do Governo e, desejavelmente, do Parlamento e dos reguladores independentes, a realização de testes de impacto burocrático antes da aprovação de novas medidas legislativas ou regulatórias, com possibilidade de rejeição se o impacto for negativo; Criar um tribunal arbitral especializado em litígios de pequena e média dimensão entre empresas/cidadãos e a Administração Pública (licenciamento, contraordenações, coimas). Processos rápidos (menos de 6 meses) com decisões vinculativas.
	Reforma da governação, organização e da prestação do setor público administrativo	Aprofundar a reforma da articulação <i>front-office-back-office</i> dos serviços públicos, com recurso às tecnologias disponíveis, incluindo inteligência artificial, expandindo os serviços cujos processos podem ser tramitados integralmente por via digital, embora assegurando assistência presencial ou remota aos cidadãos tecnicamente excluídos; Criar um Regulador Único para o Digital, para simplificar o quadro regulatório, reduzir os custos para as empresas, promover a competitividade e inovação, assegurando um ambiente regulatório mais simples, previsível e favorável ao desenvolvimento empresarial e tecnológico e reforçar a atratividade internacional; Assegurar a interoperabilidade entre serviços da Administração Pública, eliminando redundâncias através da partilha inteligente de dados entre serviços, respeitando a privacidade e assegurando a aplicação do princípio “só uma vez”, para que cidadãos e empresas não tenham de fornecer dados já disponíveis ao Estado, e, ainda, convergindo para o uso de uma plataforma única de interface da administração central com os cidadãos e empresas; Progredir na digitalização, desmaterialização de processos, desenvolvimento tecnológico, reforço da cibersegurança e integração de ferramentas de inteligência artificial na Administração Pública. Cada ministério fará um levantamento exaustivo de todos os processos burocráticos que as empresas e os cidadãos enfrentam (com destaque para as áreas da saúde, educação e serviços de conhecimento intensivo), sendo cada um deles objeto de uma avaliação e se a sua existência não se justificar, será eliminado. Avançar na digitalização integral de todos os processos administrativos, incluindo a integração com IA para validação automática de formulários, alertas de pendências e preenchimento assistido; Investir no desenvolvimento de soluções de IA em processos da Administração Pública, de forma a melhorar a eficiência e a qualidade dos processos internos da Administração Pública, com vista a redução de custos, ou a melhoria da qualidade dos serviços de atendimento aos cidadãos e às empresas.
	Inovação, empreendedorismo e digitalização	Continuar a implementar celeremente a Estratégia Digital Nacional (EDN), posicionando Portugal como líder europeu na transformação digital. Alinhada com o programa “Década Digital 2030” da União Europeia, a EDN prioriza a inclusão, a sustentabilidade e a inovação responsável, assegurando que o digital é uma oportunidade para todos e não apenas uma ferramenta para alguns, contemplando também, como prioridade, o incentivo à participação de raparigas e mulheres nas áreas STEM e tecnológicas, de forma a diminuir as clivagens entre mulheres e homens no setor; Implementar a Agenda Nacional para a Inteligência Artificial, espoletando uma nova era de crescimento de produtividade na economia nacional e de eficiência na Administração Pública,

Temas	Objetivos estratégicos	Medidas de política pública
		mobilizando a sociedade para o ensino e investigação, para a inovação e desenvolvimento de produtos e serviços suportados em tecnologias IA, e para a qualificação dos diferentes agentes, estudantes, gestores, líderes, colaboradores da Administração Pública ou de empresas privadas; Alargar a formação especializada de talentos, lançando um Pacto de Competências digitais, garantindo a literacia digital e empregabilidade no sector digital para todos os cidadãos, independentemente da sua localização ou da sua condição social. Definir um plano de desenvolvimento de uma infraestrutura de <i>cloud</i> soberana em Portugal, alavancando a infraestrutura dos prestadores de serviço de <i>cloud</i> em território nacional; Rever o modelo atual de acompanhamento de investimento direto estrangeiro no sector digital, incluindo fatores críticos e estratégias para a gestão e facilitação desse investimento.
No plano orgânico-institucional	Reforma da governação, organização e da prestação do setor público administrativo	Completar a reforma do centro de Governo e cúpula da Administração Direta do Estado, com a extinção de secretarias-gerais setoriais, a valorização da especialização nas funções jurídicas e de planeamento e a avaliação de políticas públicas, o desenvolvimento de serviços partilhados da administração central, e o aproveitamento do potencial sinérgico e racionalizador do Campus XXI; Processo de deslocalização gradual de vários serviços centrais da administração central do Estado para outras regiões do território nacional fora da capital, dando prioridade àqueles cuja atividade ou recursos têm maior afinidade com o território.
		Reorganizar funções e extinguir estruturas duplicadas, observatórios e grupos de trabalho redundantes, com revisão da despesa associada, e avaliação da racionalidade organizacional em toda a Administração Pública. Alcançar uma redução líquida das entidades da administração direta do Estado; Rever o regime de governação do setor empresarial do Estado, reforçando a sua transparência e qualificação, e alienando participações não-estratégicas.
	Inovação, empreendedorismo e digitalização	Criar a figura do diretor de sistemas e tecnologias de informação da Administração Pública (ou <i>chief technology officer</i>), responsável por liderar uma estratégia digital unificada entre setores da Administração Pública, superando a atual fragmentação e concentrando os recursos hoje dispersos, com ganhos financeiros e de eficiência.
	Processo de descentralização	Aprofundar o processo de transferência de competências, garantindo meios financeiros adequados, incentivos, qualidade, coesão territorial e igualdade de oportunidades, confiando às autarquias locais, comunidades intermunicipais e áreas metropolitanas a responsabilidade efetiva pela gestão dos serviços públicos, tornando-os mais eficientes e próximos dos cidadãos Rever o Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais, visando o reforço e a autonomia da gestão financeira dos municípios; Promover a partilha e integração de serviços entre municípios, com vista a otimizar a escala de organização, contratação e prestação de serviços.
	Revisão da despesa pública e reforma do processo orçamental	Realizar um exercício global de revisão da despesa pública nos principais ministérios, com partilha das poupanças geradas com entidades, serviços e trabalhadores; Reformar o processo orçamental, garantindo maior transparência e implementando um sistema de monitorização dos recursos do Estado, com flexibilidade e responsabilização orçamental ao nível dos ministérios, das entidades de controlo e das estruturas operativas. Implementação de uma efetiva orçamentação por programas (OP), definindo para cada Ministério, objetivos, indicadores e metas.
No plano dos trabalhadores da Administração Pública	Promover uma cultura de serviço público de excelência	Completar a revisão das carreiras da Administração Pública nos termos do acordado com as estruturas sindicais representantes das carreiras gerais da Administração Pública; Apostar na valorização reforçada dos cargos dirigentes e dos trabalhadores mais qualificados, em particular onde o diferencial salarial face ao setor privado seja maior;

Temas	Objetivos estratégicos	Medidas de política pública
		Adotar mecanismos de atração de jovens altamente qualificados para a Administração Pública, incluindo através de percursos de progressão rápida;
		Desenvolver e generalizar práticas de compensação material dos trabalhadores pelo desempenho individual e do respetivo serviço;
		Evoluir para um sistema de avaliação simples, desburocratizado, dando autonomia e responsabilidade aos avaliadores e maior peso ao desempenho como critério de progressão por oposição ao critério da antiguidade;
		Promover formação e qualificação de excelência, melhorando a qualidade técnica e de gestão dos quadros da Administração Pública;
		Reforçar a formação contínua e a literacia digital, promovendo a inclusão social e o acesso equitativo à modernização dos serviços públicos;
		Elaborar uma avaliação global dos trabalhadores por áreas setoriais e funções, antecipando necessidades e identificando redundâncias, a fim de promover uma política ativa de redistribuição de trabalhadores no âmbito da administração direta e indireta do Estado;
		Criar uma única entidade (através da fusão da DGAEP, INA, SSAP e ligação funcional à CRESAP, mantendo a autonomia decisória desta última), que agregue várias funções e fases do ciclo de vida da política de pessoas e recursos humanos da Administração Pública, designadamente, políticas de recursos humanos, gestão de carreiras, compensação e benefícios, seleção e recrutamento de dirigentes e trabalhadores, avaliação, e formação, desenvolvimento e conhecimento dos trabalhadores e colaboradores do Estado.

Nota: ⁽²⁾ *Sunset clauses* refere-se a cláusulas de extinção ou caducidade, que são disposições introduzidas na lei, regulamento ou contrato, para estabelecer uma data de validade para essa norma.

Eixo prioritário III – Criar riqueza, acelerar a economia e aumentar o valor acrescentado

A visão ambicionada para o país neste eixo prioritário assenta numa política que reconhece que são as pessoas (empreendedores, empresários e trabalhadores) que fazem a economia. Define a criação de riqueza como um desígnio nacional, por ser o caminho para mitigar assimetrias sociais, gerar oportunidades para todos e assegurar a sustentabilidade do modelo social.

Neste eixo prioritário é promovida uma economia dinâmica, concorrencial e inovadora, apoiada em trabalhadores qualificados, empreendedorismo, competências digitais e conhecimento científico e tecnológico, para crescer acima da média europeia. Também é estimulado o investimento nacional e estrangeiro, e o crescimento das empresas em capacidade e produtividade.

Do mesmo modo reforçam-se as políticas de igualdade e conciliação entre a vida profissional, pessoal e familiar, as de flexibilização do enquadramento legislativo laboral, que possibilita às empresas responder com celeridade às alterações de mercado, as que estabelecem um quadro regulatório eficiente e as de criação de um sistema fiscal eficiente e previsível. Similarmente o investimento é direcionado para a qualificação e requalificação da força laboral para responder ao envelhecimento demográfico e à escassez de mão de obra e de competências chave, e na ligação entre ensino, ciência e empresas, difundindo conhecimento e inovação com o objetivo de aumentar a competitividade, a produtividade, os salários e garantir um crescimento sustentável.

Este eixo prioritário abrange os temas, objetivos estratégicos e medidas de política pública constantes do Quadro 7. Estes elementos, por sua vez, estão justificados pelos indicadores de contexto e relacionam-se com os instrumentos de planeamento associados aos eixos prioritários das Grandes Opções 2025-2029, e cuja programação de financiamento e suas fontes são explicitadas nos Quadros 3 e 4

Quadro 7 – Compilação de temas, objetivos estratégicos e medidas de política pública inscritos no eixo prioritário 3 “criar riqueza, acelerar a economia e aumentar o valor acrescentado”

Temas	Objetivos estratégicos	Medidas de política pública
Competitividade fiscal e laboral	Melhorar o ambiente fiscal e incentivar o investimento	Redução transversal do IRC, com diminuição gradual até 17% (e 15% para PME). Aproveitar o processo de revisão da despesa fiscal (benefícios fiscais) para sustentar a eliminação de incentivos fiscais dispersos e ineficientes e a concentração naqueles que se revelam mais eficazes, complementados com reduções adicionais das taxas marginais e uma atenuação gradual da progressividade do imposto via derrama estadual. Reforço dos princípios de tributação limitada de lucros reinvestidos; Aprofundamento da simplificação fiscal (incluindo declarativa) e reforma e aceleração da justiça tributária, bem como da relação com a Segurança Social.
	Aumentar a produtividade e a flexibilidade laboral	Revisão da legislação laboral, desejavelmente no contexto da concertação social, com os objetivos de melhorar a adequação do regime legal aos desafios do trabalho na era digital, equilibrar a proteção dos trabalhadores com uma maior flexibilidade dos regimes laborais, que é essencial para aumentar a produtividade e competitividade das empresas, bem como de incentivar o desempenho dos trabalhadores, o

Temas	Objetivos estratégicos	Medidas de política pública
		diálogo social na empresa, e o equilíbrio de interesses sociais na legislação da greve;
		Impulsionar a concertação social, procurando a convergência entre empresários e trabalhadores a favor de medidas de aumento da produtividade.
	Alinhar a formação profissional com o mercado e o valor acrescentado	Reformar o modelo atual de formação profissional de natureza pública, apostando na ligação da oferta às necessidades efetivas do mercado de trabalho e às transformações económicas, e na interdependência entre o financiamento e os resultados da formação em termos de empregabilidade, produtividade e reforço do valor acrescentado;
		Reforçar os mecanismos de controlo de qualidade da formação profissional, de modo a garantir maior empregabilidade, aumento da produtividade e consequente valorização salarial;
		Lançar um programa nacional de formação profissional pós-secundária, nomeadamente, reformular os cursos de especialização tecnológica (CET) e os cursos técnicos superiores profissionais (CTeSP);
		Reforçar os apoios do Programa +Talentos para os jovens doutorados, de modo a premiar o seu esforço de qualificação de nível superior e promover a transmissão de novos conhecimentos e técnicas às empresas;
		Desenvolver, programas de formação, qualificação e certificação de quadros técnicos intermédios, preenchendo, adequadamente, a fileira de conhecimento das empresas portuguesas mais dinâmicas;
		Apostar na qualificação dos portugueses em competências tecnológicas e digitais e preparando a força de trabalho para a revolução da inteligência artificial;
		Tendo por base a experiência do atual Programa INTEGRAR, dirigido exclusivamente a desempregados imigrantes, criar um programa dirigido a um leque mais vasto de públicos particularmente desfavorecidos face ao mercado de trabalho;
		Reforçar o papel da formação e qualificação profissional, incluindo a componente de formação em contexto de trabalho, em combinação com medidas ativas de emprego dirigidas a pessoas com deficiência ou incapacidade;
		Formular programas específicos de emprego e de requalificação profissional para os trabalhadores de atividades económicas cujos modelos de produção e de negócio tenham mais dificuldade de se adaptar a uma economia circular e descarbonizada, através dos quais se promove também o desenvolvimento de competências verdes junto desses trabalhadores;
		Continuar a promover programas de formação profissional para a capacitação de imigrantes em setores chave do mercado de trabalho;
		Valorizar a economia social dedicada à proteção e integração dos imigrantes;
		Alargar a oferta para adultos de forma a permitir a sua requalificação e adaptação às novas condições do mercado de trabalho.
	Valorizar o trabalho	Aprovar benefícios fiscais associados ao aumento dos salários e ao regime de isenção de IRS e TSU nos prémios de produtividade por desempenho até 6% da remuneração base anual, através da eliminação da norma que condiciona os ditos benefícios ao leque salarial nas empresas;
		Rever o regime da segurança e saúde no trabalho;
		Articular formação profissional com apoios à contratação de jovens, de modo a premiar o esforço dos jovens que se qualifiquem por via de dupla certificação;
		Criar um sistema de subsídio ao trabalho, permitindo a acumulação de rendimentos do trabalho com apoios sociais que incentive a participação ativa no mercado de trabalho. Substituiria um conjunto alargado de apoios sociais, sem perdas para ninguém, por um suplemento remunerativo, acumulável com rendimentos do trabalho, RSI, pensão social, ou outros apoios sociais dirigidos a situações sociais limite, que atenua o empobrecimento dos trabalhadores empregados e incentive a

Temas	Objetivos estratégicos	Medidas de política pública
		sua participação ativa no mercado de trabalho, e que tenha em conta a dimensão e composição do agregado familiar;
		Não penalizar a obtenção de rendimentos de trabalho em sede de RSI ou nas pensões sociais;
		Rever o regime de proteção social na eventualidade do desemprego, de forma a torná-lo mais justo e transparente, incentivando a reentrada rápida no mercado de trabalho;
		Introduzir mecanismos de reforma a tempo parcial que permitam prolongar a vida ativa, continuar a trabalhar e a acumular rendimentos do trabalho e de pensões, atingindo uma maior flexibilidade na idade de acesso à pensão completa por velhice.
	Igualdade de oportunidades e de tratamento entre mulheres e homens no trabalho e emprego	Revisitar o regime das licenças de parentalidade e demais medidas de apoio à parentalidade e à conciliação entre a vida profissional e familiar, de modo equilibrado entre mães e pais;
		Reduzir o <i>gap</i> salarial entre homens e mulheres;
		Reforçar a legislação sobre quotas para liderança feminina nas empresas e organizações.
	Promover um sistema de proteção social e de distribuição de apoios sociais mais justo e universal	Aproximar ao regime de proteção social dos trabalhadores independentes e em novas formas de emprego ao regime dos trabalhadores por conta de outrem;
		Em consonância com a reforma fiscal preconizada, rever o código contributivo no sentido da harmonização, simplicidade e previsibilidade, tendente a garantir bases contributivas maiores e taxas contributivas menores, bem como uma maior correlação entre contribuições e benefícios;
		Reformular a atual Conta-Corrente do Contribuinte-Beneficiário, permitindo criar um instrumento que dê aos cidadãos uma visão 360º com informação fidedigna sobre o historial das suas contribuições para esquemas públicos de Segurança Social, assim como os direitos adquiridos e todas as interações que tenham com a Segurança Social;
		Implementar maior fluidez no sistema da Segurança Social para que ninguém fique desprotegido por ineficiência operacional do mesmo;
		Elaborar um Código das Prestações Sociais, que trate de forma sistemática e integrada o conjunto das prestações sociais do regime contributivo e não contributivo.
	Continuar a reforçar a sustentabilidade do sistema previdencial da segurança social	Manter a estratégia de reforço financeiro do Fundo de Estabilização Financeira da Segurança Social;
		Promover o estudo de outros mecanismos de reforço do sistema, incluindo a diversificação das fontes de financiamento;
		Reforçar a capacidade da segurança social na gestão de ativos;
		Promover junto dos cidadãos incentivos à poupança a médio e longo prazo, através de regimes complementares de reforma.
Concorrência e regulação	Promover a concorrência, a liberdade económica e a regulação especializada independente nos setores regulados	Rever as regras de governação dos reguladores, fomentando a sua independência e capacitação;
		Rever o papel e poderes de intervenção das ordens profissionais, procurando um justo equilíbrio entre os princípios da autorregulação profissional, defesa da qualidade e deontologia no exercício das profissões, e preservação da liberdade económica, de acesso à profissão e a inovação;
		Eliminar barreiras à entrada em todos os setores e no acesso a profissões;
		Simplificar e digitalizar os processos de licenciamento e registo para novos entrantes em setores regulados.
Empresas	Financiamento e crescimento empresarial	Remover todos os desincentivos fiscais e regulamentares ao ganho de escala das empresas;
		Reforçar a capitalização das empresas e o ecossistema de capital de risco, através da criação de um fundo de fundos, sob gestão do Banco Português de Fomento, promovendo a mobilização de investimento privado e a capacitação do setor.

Temas	Objetivos estratégicos	Medidas de política pública
	Apoiar a tesouraria das empresas nacionais	Garantir que o Estado paga a 30 dias, desenvolvendo um sistema de incentivos e de penalização aos serviços e agentes envolvidos
	Transformar custos de contexto em oportunidades	Rever os regimes de insolvência, adotando as melhores práticas europeias, para facilitar acordos de reestruturação, garantir celeridade, preservar o valor económico dos negócios e reforçar os instrumentos de controlo dos credores.
Ciência e inovação	Reforçar as condições para maior impacto de todos os investigadores	Revisão dos regimes de exclusividade dos investigadores e dos docentes do ensino superior para facilitar a sua circulação e participação simultânea em atividades científicas e empresariais.
Fundos europeus	Acelerar a execução e otimizar os fundos europeus	Orientação dos fundos para as empresas e para a geração de valor acrescentado, em consonância com a avaliação de resultados, com máxima exigência na aprovação e total alinhamento com transformação de longo prazo da economia;
		Adoção de instrumentos de antecipação de incentivos e de financiamento de capitais alheios;
		Transformação em todo o modelo de operacionalização dos fundos.
Gestão territorial	Reduzir desigualdades e promover o investimento fora dos grandes centros	Apresentar o “Pacto para o Interior” com uma política eficaz de desenvolvimento regional de base local que preveja medidas fiscais e investimento do Estado em articulação com as regiões e os municípios;
		Garantir uma maior participação das autarquias locais e suas associações na definição de políticas públicas de base local;
		Dignificar os 50 anos da primeira eleição para órgãos das autarquias locais;
		Organizar o território com vista ao reforço da coesão nacional, através da correção das assimetrias regionais e assegurar a igualdade de oportunidades de todos os cidadãos, independentemente do local onde vivam, apostando na valorização das diversidades do todo nacional, diferenciando positivamente os territórios com menor capacidade de captação de receita.
Turismo	Promover o turismo sustentável e a valorização de recursos locais	Lançar a Estratégia Turismo 2035, como referencial estratégico focado na qualificação da oferta, diferenciação dos produtos turísticos e valorização dos ativos endógenos.
Agricultura, florestas e pescas	Aumentar a produtividade e o valor acrescentado nos setores primários	Reforçar a adoção de medidas que promovam o aumento do rendimento e a renovação geracional nos setores agrícola e das pescas de forma a prosseguir a tendência de diminuição do défice da balança comercial agroalimentar iniciada em 2024;
		Promover a realização de reuniões da Plataforma de Acompanhamento das Relações na Cadeia Agroalimentar (PARCA) das quais resultem medidas de valorização do produtor na cadeia agroalimentar, reforçando a ligação entre a produção, transformação e distribuição;
		Garantir a implementação das alterações estipuladas no protocolo de demarcação e complementaridade entre os fundos da Política de Coesão do Portugal 2030 (PT 2030) e os fundos do PEPAC Portugal;
		Consolidar os apoios à produção agrícola e às cooperativas;
		Executar o plano de intervenção para a floresta “Floresta 2050, Futuro +Verde”, orientado para o aumento da capacidade produtiva da floresta;
		Apoiar a modernização tecnológica e digital da agricultura, florestas e pescas, com foco na agricultura de precisão, monitorização remota e plataformas de dados interoperáveis;
		Valorizar a certificação de origem e a qualidade diferenciada, reforçando a internacionalização e a competitividade externa;
		Desenvolver seguros agrícolas acessíveis, para mitigar o risco face a catástrofes naturais e crises de origem sanitária ou geopolítica;
		Promover a valorização económica de subprodutos agrícolas, utilizando-os na produção de composto, biometano ou biogás, atividade que contribui para o objetivo europeu de descarbonização;
		Reforçar a autonomia e competitividade do setor cerealífero nacional, implementando a Estratégia+Cereais 2025-2030;

Temas	Objetivos estratégicos	Medidas de política pública
		Valorizar a pastorícia extensiva como instrumento de redução do potencial combustível, prevenindo incêndios e assegurando serviços ambientais e de biodiversidade. Executar o Plano de Investimentos para o Triénio 2025-2027 da Docapesca, de modo a garantir as condições de segurança, nomeadamente através de investimentos em dragagens, e de trabalho nos portos de pesca. Neste âmbito, é ainda fundamental que os portos de pesca apresentem infraestruturas adequadas à comercialização do pescado.
Juventude	Aumentar as oportunidades e condições de vida para os jovens em Portugal	Apresentação da Agenda Nacional da Juventude como instrumento orientador das políticas públicas de juventude, definindo prioridades transversais, garantindo execução simplificada, monitorização rigorosa e possibilidade de atualização. Reforço dos apoios à compra da primeira habitação, incluindo financiamento bancário da totalidade do preço e aumento do Programa Porta 65 Jovem; investimento na criação e adaptação de residências estudantis para reduzir barreiras no acesso ao ensino superior; Expansão dos programas de cheques psicólogo e nutricionista e avaliação de novas medidas para promover estilos de vida saudáveis; Lançamento do primeiro Concurso Nacional de Empreendedorismo Jovem para incentivar inovação, criatividade e projetos com impacto social e económico.

Eixo prioritário IV – Imigração regulada e humanista

A visão ambicionada para o país neste eixo prioritário assenta numa política que equilibra rigor e humanismo, pondo fim a um ciclo de imigração descontrolada e recuperando a capacidade do Estado para gerir os fluxos migratórios de forma a assegurar a coesão social e o acolhimento digno.

Na sequência do choque demográfico sofrido por Portugal nos últimos anos, das políticas inadequadas e da extinção do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF), foram gerados milhares de processos pendentes que fragilizaram a coesão social. Assim, está em implementação uma nova política de imigração, iniciada em 2024, que assenta em três eixos: 1) resolver pendências na Agência para a Integração, Migrações e Asilo (AIMA) e no Instituto de Registos e Notariado (IRN), de modo a restaurar a ordem e verificar os registos criminais; 2) aplicar controlo rigoroso nas fronteiras e fiscalização interna, afastando quem não cumpre a lei; e 3) garantir acolhimento e integração humanista para quem respeita as regras e os valores constitucionais.

Este eixo prioritário comporta os temas, objetivos estratégicos e medidas de política pública constantes do Quadro 8. Estes elementos, por sua vez, estão sustentados nos indicadores de contexto e relacionam-se com os instrumentos de planeamento associados aos eixos prioritários das Grandes Opções 2025-2029, e cuja programação de financiamento e suas fontes são explicitadas nos Quadros 3 e 4.

Quadro 8 – Compilação de temas, objetivos estratégicos e medidas de política pública inscritos no eixo prioritário 4 “imigração regulada e humanista”

Temas	Objetivos estratégicos	Medidas de política pública
Quadro legal da nacionalidade e imigração regulada	Reforçar critérios de atribuição da nacionalidade	Revisão da lei da nacionalidade, alargando o tempo mínimo de residência e presença efetiva em território nacional, eliminando a possibilidade de a permanência ilegal ser considerada para efeitos de contagem desse tempo, e assegurando que quem adquire a nacionalidade portuguesa tem uma relação efetiva e uma integração de sucesso no país, reunindo as condições necessárias para assumir os direitos e cumprir os deveres inerentes à nacionalidade.
	Acolhimento e integração de imigrantes	Revisão da lei de estrangeiros e da lei de asilo, limitando os fluxos migratórios, nomeadamente do reagrupamento familiar, à capacidade dos serviços públicos e de integração da sociedade portuguesa, restringindo o visto para procura de trabalho a candidatos com elevadas qualificações, e ponderando a introdução de critérios de progresso no domínio da língua portuguesa nas renovações de certas modalidades de autorização de residência.
Controlo de fronteiras e segurança	Alargar cuidados de proximidade	Criação da Unidade Nacional de Estrangeiros e Fronteiras da PSP como garante da eficácia e humanismo da política de controlo de fronteiras, de retorno e asilo;
		Conclusão da construção dos novos centros de instalação temporária e espaços equiparados, para implementar o novo processo de triagem dos migrantes nas fronteiras externas da União Europeia;
		Criação de um novo regime rápido e eficaz de afastamento de estrangeiros em situação ilegal, em sintonia com a nova regulamentação em discussão nas instâncias europeias.
Criminalidade	Combate à imigração ilegal, atuação preventiva e de proximidade	Combater a imigração ilegal e o tráfico humano, prevenindo e protegendo as vítimas destas práticas, estimulando o reforço de atuação no terreno e a articulação entre as forças e serviços de segurança, a AIMA e outras autoridades inspetivas relevantes (como ACT, ASAE, AT).

Temas	Objetivos estratégicos	Medidas de política pública
Imigração qualificada, responsável e integrada	Acolher e integrar de forma humanista	Preservação dos princípios e condições de coresponsabilização e internalização pelo recrutador (empregador ou instituição de ensino) dos custos sociais de integração de imigrantes que estão previstas no Acordo de Imigração Laboral Responsável subscrito com as confederações empresariais, ponderando a sua aplicação a instituições do setor social (quando empregadoras) e do ensino superior;
		Reforço das iniciativas de integração baseadas na lógica “direitos e deveres”, em particular para estudantes nas escolas, no acesso a serviços públicos, e através de intervenções comunitárias e territoriais que fomentem a aprendizagem da língua e cultura portuguesas e previnam a formação de núcleos fechados à integração na comunidade e ao respeito dos valores constitucionais portugueses.
	Atrair talento e o regresso de emigrantes	Adotar mecanismos e procedimentos que promovam e privilegiem a atração e fixação de talento altamente qualificado vindo do estrangeiro, incluindo portugueses emigrantes e lusodescendentes.

Eixo prioritário V – Serviços essenciais a funcionar para todos e com qualidade, com complementaridade entre oferta pública, privada e social

A visão ambicionada para o país neste eixo prioritário assenta numa política que recupere o Estado social e assegure saúde, educação, cultura e transportes públicos acessíveis e com qualidade para todos os cidadãos. A resposta aos desafios de oferta, acessibilidade e qualidade dos serviços essenciais exige a mobilização, de forma complementar, dos setores público, privado e social.

Assim, é promovido um novo paradigma de gestão nas escolas e hospitais públicos, garantindo autonomia semelhante à das entidades privadas e capacidade para competir em igualdade. Na saúde, aposta-se na proximidade, com mais médicos de família, cuidados domiciliários, gestores de doentes crónicos e parcerias que reforcem a resposta, mantendo o SNS no centro do sistema de saúde. Também se investe na saúde digital (ecossistemas de dados e monitorização à distância), e num quadro regulatório comum aos setores público, privado e social. Na educação, valoriza-se uma escola pública exigente, com profissionais motivados e foco em competências críticas.

A cultura, será transformada num setor determinante, pela promoção da descentralização das artes, valorização de criadores, livre criação artística e reforço da língua portuguesa, com mais financiamento para superar o subfinanciamento crónico e posicionar a cultura como motor de inovação e projeção global. Relativamente ao desporto, é incentivada a sua prática em todo o território, reduzindo o sedentarismo, criando oportunidades e alinhando com padrões internacionais, para promover estilos de vida saudáveis, coesão social e valorização do talento desportivo. Por fim, implementa-se uma política de mobilidade que melhore a qualidade de vida dos cidadãos, combata a pobreza de mobilidade e promova a descarbonização, reforçando o papel do transporte público na ligação entre o litoral e o interior, sem deixar ninguém para trás.

Este eixo prioritário inclui os temas, objetivos estratégicos e medidas de política pública constantes do Quadro 9. Estes elementos, por sua vez, são baseados nos indicadores de contexto e relacionam-se com os instrumentos de planeamento associados aos eixos prioritários das Grandes Opções 2025-2029, e cuja programação de financiamento e suas fontes são explicitadas nos Quadros 3 e 4.

Quadro 9 – Compilação de temas, objetivos estratégicos e medidas de política pública inscritos no eixo prioritário 5 “serviços essenciais a funcionar para todos e com qualidade, com complementaridade entre oferta pública, privada e social”

Temas	Objetivos estratégicos	Medidas de política pública
Saúde	Combater a desigualdade de acesso à Saúde	Concluir a implementação do Plano de Emergência e Transformação da Saúde 2024-2029, com destaque para o novo Sistema Nacional de Acesso a Consulta e Cirurgia (SINACC) e acesso ao médico de família e saúde familiar;

Temas	Objetivos estratégicos	Medidas de política pública
		Plano de Motivação dos Profissionais de Saúde, que integra um planeamento da evolução da organização dos cuidados, com valorização da multidisciplinaridade, incentivos à atração e retenção de talentos no sistema de saúde, e identificação da necessidade e o perfil de competências dos profissionais de saúde para a próxima década.
	Aumentar a eficiência na Saúde	Reestruturar a gestão do SNS, com participação de entidades públicas, privadas e sociais, revisitando o modelo de gestão participada e descentralizada dos serviços de saúde;
		Reformar o Instituto Nacional de Emergência Médica (INEM), no que concerne à sua natureza jurídica, competências e atribuições, modelo de financiamento, controlo orçamental e de gestão, modelo operativo, e perfil funcional e de competências dos seus recursos humanos;
		Convergir para um modelo de autonomia dos hospitais públicos, incluindo na gestão de recursos humanos e planos de investimento, explorando a flexibilização da contratação pública;
		Promover a evolução do modelo de financiamento dos serviços de saúde baseado na produção de atos, para um modelo baseado na centralidade, e no valor, de e para o utilizador (Saúde Baseada em Valor), viabilizando a medição de custos e resultados para os cidadãos, respetiva auscultação e partilha de riscos com fornecedores;
		Rever as competências das entidades tuteladas pelo Ministério da Saúde, com transferência para as CCDR e Municípios.
	Alargar cuidados de proximidade	Aumentar o acesso de qualidade aos cuidados de saúde primários, bem como no âmbito dos cuidados paliativos e aos cuidados continuados, apostando nomeadamente em parcerias público-privadas (PPP), centros de saúde contratualizados (USF B e C) e convenções.
	Transformação digital na Saúde	Criação do Registo de Saúde Eletrónico Único (RSEU), uma plataforma digital única, integrada e segura, que reúne toda a informação clínica de cada cidadão e a torna acessível a todos os prestadores de cuidados de saúde autorizados, independentemente de serem públicos, privados ou do setor social.
	Promover a saúde e prevenir a doença	Reforço dos programas e estratégias de vacinação, assegurando elevadas taxas de cobertura vacinal em todas as fases do ciclo de vida;
		Consolidação dos programas de rastreio de base populacional, com expansão progressiva da cobertura populacional e introdução de novos rastreios baseados em ganhos em saúde;
		Desenvolvimento do programa de saúde oral, através da atualização e ampliação do cheque-dentista para prevenção e tratamento das populações vulneráveis, da introdução do cheque prótese e do reforço da resposta através dos gabinetes de saúde oral nos cuidados primários;
		Desenvolvimento, atualização e monitorização de normas e orientações clínicas, assegurando que a prestação de cuidados no SNS se baseia na melhor evidência disponível, com processos sistemáticos de auditoria, avaliação de impacto e formação dos profissionais de saúde.
	Investimentos no SNS	Investimento em unidades de saúde, hospitalares (ex.: Hospital Todos os Santos), e de proximidade e cuidados primários por todo o país, bem como em equipamentos de saúde (robôs cirúrgicos, ressonâncias magnéticas, TAC, angiógrafos, câmaras gama, aceleradores lineares, Rx e PET).
Educação	Modernizar o sistema educativo e confiar nas escolas públicas: mais autonomia para ensinar	Construir, em diálogo com os diretores e professores, um novo modelo de autonomia e gestão das escolas, que robusteça a autonomia financeira, pedagógica e de gestão de recursos humanos e infraestruturas das escolas;
		Rever as competências dos serviços centrais do Ministério da Educação, Ciência e Inovação e concretizar o sistema de transferência de competências para as autarquias, em articulação com as escolas, eliminando redundâncias e instituindo um sistema eficaz de prestação de contas.
	Criação de ambientes escolares seguros	Proibir o uso do telemóvel nas escolas até ao 6º ano e regular o consumo de redes sociais pelas crianças (até aos 12 anos).
	Combater as desigualdades sociais	Criar um serviço de apoio ao estudo para alunos carenciados ou em risco;

Temas	Objetivos estratégicos	Medidas de política pública
		Implementar medidas de prevenção e intervenção, bem como canais de denúncia, para enfrentar de forma eficaz o fenómeno do <i>bullying</i> e do <i>cyberbullying</i> nas escolas.
	Começar cedo: a educação dos 0 aos 6 anos de idade	Assegurar o acesso universal e gratuito à educação pré-escolar a partir dos 3 anos, contratualizando com o setor social, particular e cooperativo as cerca de 12 mil vagas que se estima faltarem nos territórios mais carentes. Integrar a faixa etária dos 0 aos 3 anos no sistema educativo tutelado pelo Ministério da Educação, Ciência e Inovação.
	Melhorar a aprendizagem: um currículo exigente e flexível para contextos de incerteza	Desenvolver e implementar uma Estratégia para o Digital na Educação, potenciando as oportunidades da digitalização para garantir o desenvolvimento de competências, na criação de recursos educativos digitais inovadores e no potencial da Inteligência Artificial para o apoio personalizado à aprendizagem dos alunos.
	Transformar digitalmente o sistema de informação educativo	Implementar sistemas de informação robustos, que giram informação rigorosa, simplifiquem procedimentos administrativos e garantam a transparência de processos.
	Valorizar os professores	Identificar as necessidades de professores para a próxima década, por grupo disciplinar e região, e estabelecer contratos programa com as instituições de ensino superior para garantir o aumento necessário na formação de professores.
Cultura	Apoio às artes, participação cultural e promoção da criação artística e do acesso à cultura	Reforçar os apoios a projetos artísticos em todas as áreas, incluindo artes performativas, visuais, música e artes de rua;
		Incentivar a ida de artistas às escolas e o contacto dos alunos com a criação artística;
		Apoiar estratégias culturais de desenvolvimento local e sub-regional.
	Democratizar o acesso à cultura	Promover o acesso gratuito da comunidade escolar a museus, monumentos e teatros do Estado;
		Promover a diversificação e inclusão de públicos, assegurando que as atividades culturais chegam a todos os segmentos da população e respeitam a pluralidade cultural;
		Revisão do regime legal do mecenato cultural, tornando-o mais atrativo e capaz de mobilizar recursos, de forma a flexibilizar e intensificar as práticas de preservação, programação e criação.
	Apoio ao cinema, à criação audiovisual e à preservação do património cinematográfico	Implementar o programa SCRI.PT para o desenvolvimento e internacionalização das produções audiovisuais e cinematográficas.
	Património Cultural	Executar os investimentos do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), designadamente dos investimentos previstos para a Componente do Património Cultural, garantindo o cumprimento dos prazos e dando resposta adequada aos exigentes critérios da conservação e do restauro, assim como a execução dos investimentos previstos para a Componente das Redes Culturais e Transição Digital, através da valorização de equipamentos e da digitalização dos acervos;
		Reforçar as medidas de salvaguarda do património, como a inventariação, classificação, reabilitação e restauro, envolvendo comunidades locais e instituições culturais;
		Aprofundar os modelos de gestão do património, com vista, entre outras, a uma maior representatividade nos diversos territórios do país, essencial às metodologias de inventariação, estudo e preservação;
		Criação de um plano específico de inventariação e reabilitação dos edifícios com maior valor cultural;
		Prosseguir com os estudos sobre os efeitos das alterações climáticas no património priorizando zonas de risco máximo e o desenvolvimento de planos de mitigação;
		Preservar e valorizar o património cultural subaquático;
		Democratizar o acesso a museus, monumentos e palácios sob tutela do Ministério da Cultura;
		Aprofundar o acesso gratuito da comunidade escolar a museus, monumentos e teatros do Estado.

Temas	Objetivos estratégicos	Medidas de política pública
	Promoção da criação literária, da leitura e do património arquivístico	Lançamento da 2.ª edição do Cheque Livro; Reforçar os programas de bolsas de criação literária; Modernizar a gestão arquivística e reforçar a preservação digital do património documental; Assegurar melhores condições de preservação da informação arquivística que efetivamente necessite de ser conservada; Garantir uma gestão mais eficaz do património digital do país.
	Projetar Portugal no panorama cultural europeu e internacional	Executar as linhas programáticas do Évora 2027 – Capital Europeia da Cultura, promovendo a qualificação do espaço público, a oferta artística e a projeção internacional da cidade e da região.
Desporto	Promover estilos de vida ativos e saudáveis	Reforço da prática desportiva nas escolas, incluindo a monitorização da atividade física e a prevenção da obesidade infantil; Desenvolvimento de campanhas nacionais para reduzir o sedentarismo e incentivar a atividade física em todas as idades.
	Garantir igualdade de acesso e inclusão no desporto	Expansão e modernização das infraestruturas desportivas em todo o território nacional; Promoção da participação feminina no desporto, incluindo a liderança e a arbitragem; Melhoria das acessibilidades e reforço dos programas para a prática desportiva de pessoas com deficiência.
	Valorizar o talento e o desporto de alto rendimento	Apoio aos atletas de alto rendimento e aos atletas-estudantes, promovendo a conciliação entre a carreira desportiva e académica; Incentivo à excelência desportiva através de programas específicos de formação e apoio técnico.
	Diversificar a oferta de mobilidade	Lançamento de concursos para concessão de linhas ferroviárias específicas e aceleração da abertura à concorrência nas linhas que permitam a operação simultânea de vários operadores; Fomentar a oferta de transporte público rodoviário, limitando as restrições de operabilidade nas áreas geográficas cobertas por concessões e todas as barreiras relacionadas com a utilização de terminais, paragens ou outras; Liberalizar o mercado da mobilidade elétrica e dos sistemas de carregamento de veículos, fomentando a concorrência e a transparência, e continuando a apoiar a renovação de frotas.
		Reforçar o enquadramento e a regulação da mobilidade em veículos com condutor, nomeadamente o setor do TVDE, reforçando os critérios no licenciamento, formação e segurança para o exercício da atividade.
		Desenvolver a oferta de serviço complementar ao transporte público regular em territórios de baixa densidade ou em situações de baixa procura, garantindo o acesso a pessoas com mobilidade reduzida.
Mobilidade/sistemas de transportes coletivos	Regular o ecossistema da mobilidade e transportes para fomentar o desenvolvimento económico e social	
	Combater a pobreza de mobilidade e promover a inclusão com coesão social e territorial	
	Acelerar a transferência modal para o transporte público	Implementar sistemas tarifários que tragam maior flexibilidade, simplificação e universalidade na utilização do transporte público pelas pessoas, alicerçados em soluções integradas de bilhética;
		Desenvolver novos modelos de negócio e de exploração das interfaces multimodais efetivando a universalidade de acesso e um melhor serviço aos cidadãos.
Segurança Social	Transformação digital da Segurança Social	Reforçar a interconexão técnica e operacional entre a segurança social e a Autoridade Tributária, com vista a aproveitamento de sinergias entre os sistemas;
		Simplificar o ciclo contributivo para as empresas;
		Reduzir o tempo de atribuição das pensões unificadas;

Temas	Objetivos estratégicos	Medidas de política pública
		Reforçar o combate à fraude e à evasão contributiva e no sistema de prestações sociais, nomeadamente utilizando soluções tecnológicas inovadoras com recurso à inteligência artificial e robustecer as medidas de exigência, transparência e ajuste de equilíbrio das prestações sociais não contributivas, incluindo também reforçar mecanismos de controlo que evitem pagamentos indevidos; Completar a transformação digital da Segurança Social, numa abordagem inovadora que visa melhorar o atendimento e a eficiência dos serviços da Segurança Social, focada na humanização do atendimento e na simplificação da comunicação, com estes quatro objetivos: 1) Redução do Atendimento Presencial; 2) Otimização da Experiência; 3) Empatia Digital e 4) Segurança Social como marca.

Eixo prioritário VI – Segurança mais próxima, justiça mais rápida e combate à corrupção

A visão ambicionada para o país neste eixo prioritário assenta numa política que fortalece o Estado de direito, sendo que a segurança tem de ser garante de direitos, liberdades e garantias. Almeja-se uma reforma da justiça para assegurar a sua celeridade e eficácia, centrada na celeridade processual, na digitalização e numa cultura de eficiência nos tribunais. Reduzem-se burocracias, eliminam-se expedientes inúteis e promovem-se julgamentos expeditos, especialmente na criminalidade grave em casos de flagrante delito.

Neste eixo prioritário é promovido um policiamento visível e de proximidade, reforçando a prevenção e a capacidade de resposta contra criminalidade violenta e organizada. De igual modo, é combatida a corrupção através de formação, maior transparência nos processos e reforço da repressão, garantindo um novo paradigma de autonomia e responsabilização dos serviços públicos.

Este eixo prioritário abrange os temas, objetivos estratégicos e medidas de política pública constantes do Quadro 10. Estes elementos, por sua vez, estão fundamentados nos indicadores de contexto e relacionam-se com os instrumentos de planeamento associados aos eixos prioritários das Grandes Opções 2025-2029, e cuja programação de financiamento e suas fontes são explicitadas nos Quadros 3 e 4.

Quadro 10 – Compilação de temas, objetivos estratégicos e medidas de política pública inscritos no eixo prioritário 6 “segurança mais próxima, justiça mais rápida e combate à corrupção”

Temas	Objetivos estratégicos	Medidas de política pública
Proximidade e segurança	Reforço do policiamento de visibilidade, de proximidade e comunitário como forma de reforçar a tranquilidade	Reorganização da distribuição de polícias da PSP e militares da GNR para as tarefas de policiamento, encontrando um novo modelo administrativo para libertar o maior número de operacionais de tarefas redundantes ou puramente administrativas;
		Novas capacidades tecnológicas preditivas e de cartografia de risco;
		Rever o enquadramento legal das polícias municipais, respetivas competências e modelo formativo;
		Investimento nos postos e esquadras, estabelecendo parcerias com autarquias locais.
Reforço da capacidade operacional	Investir em novos meios tecnológicos capazes de aumentar a capacidade de vigilância das forças de segurança	Implementação da plataforma unificada de segurança de sistemas de videovigilância e <i>bodycams</i> ;
		Investimento na capacidade de videovigilância das forças de segurança aumentando o número de equipamentos autorizados, em parceria com as autarquias locais e distribuição de <i>bodycams</i> às forças de segurança, em cumprimento da legislação vigente.
	Fortalecimento da capacidade operacional das forças, em especial para combater a criminalidade violenta e grave, o tráfico de droga e a criminalidade organizada	Uma maior articulação e cooperação entre as forças e serviços de segurança;
		Melhorar o aproveitamento dos quadros plurianuais de investimentos em infraestruturas e equipamentos das forças de segurança (2022-2026 em execução, 2027-2031 em planificação), nomeadamente através da conclusão de mais intervenções em postos e esquadras;
		Modernização do parque automóvel das forças de segurança, com a entrega de novas viaturas, bem como a aquisição de novos equipamentos e meios de suporte à atividade operacional.

Temas	Objetivos estratégicos	Medidas de política pública
	Fortalecimento da capacidade operacional das forças de emergência e proteção civil	Aumentar a resiliência do Estado em matéria de proteção civil para garantir a segurança das populações, através do aumento da capacidade operacional dos agentes de proteção civil, fortalecendo e agilizando a interoperabilidade e coordenação institucional, através da atualização do Sistema Integrado de Operações de Proteção e Socorro; Apostar na profissionalização da 1.ª intervenção nos corpos dos bombeiros voluntários (24H/365dias) dos seus agentes, especialmente através da criação da carreira de bombeiros, reforçar as equipas de intervenção permanente, aumentar substancialmente o número de efetivos da Força Especial de Proteção Civil (FEPC) da ANEPC e da Unidade de Emergência de Proteção e Socorro da GNR (UEPS), reforçar os meios que integram o Sistema de Proteção Civil para garantir uma resposta eficaz a situações emergentes, proteção da população e preservação de bens e do ambiente; Melhorar os meios e recursos à disposição dos agentes de proteção civil, através do reequipamento do parque de viaturas, atualizar os sistemas de comunicações em emergência e tecnologias de comunicação e informação e os atuais sistemas de apoio à decisão com vista a auxiliar no comando e controlo das operações.
Sinistralidade rodoviária	Aumentar a eficácia na prevenção	Aprovar e implementar a nova Estratégia Nacional de Segurança Rodoviária.
Resposta a novas ameaças	Adaptar às novas dinâmicas sociodemográficas	Proceder à revisão e regular atualização do conceito estratégico de segurança interna.
Criminalidade juvenil	Aumentar a eficácia na prevenção	Reforço da prevenção e das capacidades de combate à: criminalidade juvenil e grupal, violência doméstica, criação e partilha de conteúdos digitais nefastos ao desenvolvimento das crianças e jovens (nomeadamente pornografia e conteúdos sexuais), sinistralidade rodoviária, cibercrime e ameaças híbridas (como a desinformação, a interferência eleitoral ilegítima e a disseminação de conteúdos violentos no espaço digital).
Violência Doméstica	Aumentar a eficácia na prevenção e combate à violência doméstica e proteção das vítimas	Reforço da capacidade de resposta das forças de segurança e do sistema judiciário no atendimento especializado e célere às vítimas; Potenciação dos mecanismos de denúncia e proteção; Implementação de programas específicos dirigidos a agressores, focados na responsabilização, reabilitação e prevenção da reincidência; Intensificação da cooperação entre entidades públicas, organizações da sociedade civil e redes de apoio social, assegurando uma resposta integrada e permanente.
Justiça	Promover a celeridade processual	Nova gestão processual baseada na promoção da redução da extensão das peças processuais, na melhoria dos procedimentos para citação e notificação das partes e intervenientes acidentais, no agendamento de diligências após prévia articulação de agendas dos intervenientes, e concluir o quadro normativo das assessorias nos tribunais através do reforço e atribuição de um papel mais relevante aos assessores; Alterar a legislação processual penal, assegurando uma maior filtragem de denúncias, o reforço dos poderes de gestão processual do juiz e a racionalidade em matéria de recursos (com restrição do número, do seu momento no fluxo do processo e dos respetivos efeitos suspensivos), e reequacionar a fase de instrução, nomeadamente a limitação do seu âmbito ou da possibilidade de acesso; Medidas de reforço da celeridade processual, considerando uma maior especialização dos tribunais e dos magistrados, a implementação de mecanismos premiais e a definição de meios de mitigação dos megaprocessos; Avançar com a reforma da jurisdição administrativa e fiscal.
	Transformação digital da justiça	Reforçar e concluir o processo de digitalização e modernização administrativa da justiça, no âmbito do PRR, e o processo de desenvolvimento de sistemas de interoperabilidade entre várias entidades e os tribunais, promovendo a celeridade processual e a poupança de recursos; Aumentar o recurso a meios alternativos de resolução de litígios.
	Proteção às Vítimas de crime	Alargar e consolidar a rede de gabinetes de apoio à vítima, assegurando atendimento especializado e multidisciplinar;

Temas	Objetivos estratégicos	Medidas de política pública
Combate à corrupção		Reforçar os mecanismos de proteção das vítimas de violência doméstica, violência de género, crimes sexuais e crimes contra crianças, com medidas de prevenção, acompanhamento e apoio psicológico e social;
		Desenvolver sistemas de monitorização eletrónica que aumentem a eficácia das medidas de coação e proteção;
		Intensificar a cooperação entre tribunais, forças de segurança, Ministério Público e entidades da sociedade civil, garantindo respostas rápidas e eficazes.
	Promover a prevenção	Regulamentar o registo de interesses legítimos (lóbi) e incrementar as potencialidades do Portal BASE (designadamente quanto à possibilidade do tratamento em massa dos dados);
		Dar sequência à reforma institucional das entidades públicas especializadas na transparência e prevenção da corrupção: MENAC, Entidade para a Transparência e Entidade das Contas e Financiamentos Políticos;
	Reforçar a capacidade de repressão das atividades criminosas	Reforçar a atuação dos órgãos de auditoria e inspeção do Estado, aumentando a articulação entre entidades com funções preventivas e repressivas, incluindo no recebimento de denúncias e respetivo tratamento.
		Reforçar os instrumentos em matéria de perda das vantagens de atividade criminosa, nomeadamente através de um novo mecanismo de perda alargada de bens;
		Dinamizar os Gabinetes de Recuperação de Ativos e de Administração de Bens.

Eixo prioritário VII – Construir Portugal: mobilização de todos para ultrapassar a crise da habitação

A visão ambicionada para o país neste eixo prioritário assenta numa política que enfrenta a crise da habitação como um desígnio nacional, mobilizando a sociedade para uma resposta coletiva, ambiciosa e estrutural. Neste sentido, propõe-se uma abordagem integrada que envolve os setores privado, público e cooperativo, com o objetivo de assegurar que toda a população possa viver com dignidade, segurança e estabilidade.

Este eixo visa reforçar a oferta habitacional para reduzir a escassez e aliviar a pressão sobre os mais vulneráveis e a classe média, com apoios à primeira habitação para jovens, incluindo isenções fiscais e crédito facilitado. Simplificam-se os processos de licenciamento, substituindo o controlo prévio por fiscalização a posteriori, promovendo uma gestão territorial ágil e colaborativa. É ainda incentivada a criação de novas centralidades urbanas sustentáveis e bem conectadas e recupera-se a confiança no mercado de arrendamento, garantindo um setor habitacional dinâmico e acessível.

Este eixo prioritário contém os temas, objetivos estratégicos e medidas de política pública constantes do Quadro 11. Estes elementos, por sua vez, estão justificados pelos indicadores de contexto e relacionam-se com os instrumentos de planeamento associados aos eixos prioritários das Grandes Opções 2025-2029, e cuja programação de financiamento e suas fontes são explicitadas nos Quadros 3 e 4.

Quadro 11 – Compilação de temas, objetivos estratégicos e medidas de política pública inscritos no eixo prioritário 7 “construir Portugal: mobilização de todos para ultrapassar a crise da habitação”

Temas	Objetivos estratégicos	Medidas de política pública
Oferta de habitação	Mobilizar património imobiliário do Estado e aumentar a oferta de habitação	Executar 59 mil casas públicas e disponibilizar financiamento para mais projetos, incluindo PPP em imóveis do Estado devolutos com aptidão habitacional;
		Injetar no mercado imóveis públicos devolutos ou subutilizados, destinando-se à oferta de habitação acessível diretamente ou indiretamente. Esta injeção pode ocorrer por pacotes de imóveis destinados a investidores experientes e qualificados, designadamente por concessão começando esta metodologia por ser aplicada aos imóveis libertados pela concentração de ministérios e entidades no Campus XXI;
		Transferir do Estado para os municípios edifícios e frações habitacionais dispersas, para a sua recuperação e reabilitação, e posterior atribuição em arrendamento habitacional público.
Construção	Simplificar e estimular a construção	Criar um regime excecional e temporário que acelere a construção e renovação por oferta privada ou cooperativa, designadamente através da redução dos custos em obras de construção ou reabilitação; aplicação de IVA à taxa mínima de 6% nas obras e serviços de construção e reabilitação, com limite de incidência no valor final dos imóveis;
		Rever o enquadramento legislativo do licenciamento e controlo urbanístico, bem como assegurar a modernização das normas aplicáveis à construção, reforçando decisivamente a simplificação e a previsibilidade no setor.
	Modernizar o setor da construção	Dinamizar a modernização do setor da construção, ao nível da gestão de projetos com a dinamização de tecnologias como o <i>Building Information</i>

Temas	Objetivos estratégicos	Medidas de política pública
		<i>Modeling</i> (BIM), bem como na industrialização de processos construtivos.
Desenvolvimento urbano integrado	Requalificar e expandir áreas urbanas de forma planeada e integrada	Dinamizar zonas prioritárias de expansão urbana, através de sociedades de reabilitação urbana e de promoção habitacional, em articulação com os municípios, seguindo o modelo da Parque Expo, com planeamento e licenciamento descentralizado e execução expedita de infraestruturas e equipamentos sociais, no espírito do anunciado Parque Cidades do Tejo (transformação da área metropolitana de Lisboa, articulada em quatro grandes eixos – Arco Ribeirinho Sul, Ocean Campus, Aeroporto Humberto Delgado e Cidade Aeroportuária);
		Orientar o planeamento do uso do solo para dar satisfação às prementes necessidades de habitação bem como às atividades económicas, com respeito pela salvaguarda dos recursos naturais;
		Generalizar a execução e conservação do cadastro predial a todo o território nacional;
		Promover a obtenção de dados geoespaciais do país de forma regular, de modo a garantir um conhecimento atualizado do território e assim possibilitar a sua gestão, monitorização e ordenamento de modo sustentado, permitindo ainda assegurar a adequada territorialização das políticas públicas.
Mercado de arrendamento	Dar estabilidade e confiança	Rever o regime de arrendamento urbano, devolvendo a confiança ao mercado e garantindo, de modo eficaz, os direitos dos proprietários em caso de incumprimento;
		Rever os programas de arrendamento, seja simplificando e reforçando a eficiência do arrendamento acessível, seja promovendo o modelo de contratos de investimento <i>build-to-rent</i> com condições de previsibilidade de rentabilidade e de estabilidade legislativa, essenciais para atrair o investimento privado;
		Rever e racionalizar todos os programas públicos de apoio à renda, simplificando e acelerando procedimentos e reforçando a eficiência e equidade nos apoios.

Eixo prioritário VIII – As infraestruturas que alavancam o País

A visão ambicionada para o país neste eixo prioritário assenta numa política orientada para a execução de projetos estruturantes. Esta visão integra investimentos com impacto direto na mobilidade, na energia, na coesão territorial e na atratividade competitiva do território nacional, promovendo a modernização e o desenvolvimento integrado das infraestruturas nacionais.

Neste domínio, é essencial expandir e otimizar os aeroportos nacionais para aumentar a capacidade de resposta à procura crescente, melhorar a eficiência operacional e reforçar a integração com outras infraestruturas de transportes. É estratégico concretizar a primeira fase da privatização da TAP, a modernização do setor portuário e do transporte marítimo através da digitalização e descarbonização, reforçando competitividade e atraindo investimento privado, bem como a revitalização do transporte ferroviário com abertura à concorrência e a novos operadores. Também está garantido o reforço da rede elétrica nacional e as interligações com a Europa para assegurar uma oferta energética sustentável, competitiva e inclusiva que fortaleça a soberania energética e ainda, a modernização das redes tecnológicas, como o 5G e *data centres*, para melhorar a competitividade digital.

Neste âmbito, de modo a coordenar, articular, manter a coerência e eficácia cria-se um instrumento nacional de planeamento destes grandes investimentos, cujos objetivos estarão alinhados com o Plano Nacional Energia e Clima 2030 (PNEC 2030) e as metas de descarbonização nacionais e europeias.

Este eixo prioritário abrange os temas, objetivos estratégicos e medidas de política pública constantes do Quadro 12. Estes elementos, por sua vez, estão apoiados nos indicadores de contexto e relacionam-se com os instrumentos de planeamento associados aos eixos prioritários das Grandes Opções 2025-2029, e cuja programação de financiamento e suas fontes são explicitadas nos Quadros 3 e 4.

Quadro 12 – Compilação de temas, objetivos estratégicos e medidas de política pública inscritos no eixo prioritário 8 “As infraestruturas que alavancam o País”

Temas	Objetivos estratégicos	Medidas de política pública
Aeroportos e transporte aéreo	Transformação do setor da aviação em Portugal, resolvendo o atraso sistémico de decisões e investimento de décadas	A conclusão da negociação e lançamento da construção do Aeroporto Luís de Camões;
		O reforço da capacidade na restante rede aeroportuária nacional;
		A concretização da primeira fase da privatização da TAP.
Ferrovias	Modernização da ferrovia e concretização do plano ferroviário nacional, assegurando um sistema moderno e competitivo de transporte de passageiros e de mercadorias	Execução atempada da rede de Alta Velocidade (Porto-Lisboa, Porto-Valença e Lisboa-Caia), bem como da Terceira Travessia do Tejo;
		Definição das prioridades na expansão da rede nomeadamente na ligação às capitais de distrito que ainda não estão ligadas (Viseu, Vila Real, Bragança) e linhas metropolitanas (Vale do Sousa e Loures);
		Plano para a integração num sistema único de Metro, dos vários sistemas de metropolitano da Área Metropolitana de Lisboa, ligando as duas margens do Tejo (o Metro de Lisboa, o Metro Sul do Tejo e as outras linhas de Metro Ligeiro propostas para a Margem Norte).

Temas	Objetivos estratégicos	Medidas de política pública
Rodovia	Expandir e modernizar as redes rodoviárias	Revisão dos modelos de financiamento e investimento em rodovias, potenciando o aumento de investimento em novas vias e em vias existentes (vales rodoviários) para reforço das interligações e conclusão de projetos sucessivamente adiados (de que é exemplo prioritário a ligação em perfil de autoestrada entre Viseu e Coimbra).
Infraestruturas – Portos	Expandir e modernizar as redes portuárias nacionais	Reforço das capacidades portuárias nacionais, através de um vasto programa de investimento nos portos (Portos 5+), por forma a aumentar a quota modal do transporte marítimo;
Infraestruturas energéticas e tecnológicas	Modernizar as infraestruturas energéticas para a competitividade nacional	Aumento da capacidade da rede elétrica nacional e das interligações elétricas entre a Península Ibérica e França, da segurança do fornecimento elétrico, e da incorporação sustentável e competitiva de energias renováveis como forma de sustentar a atração e instalação de novos investimentos empresariais, mantendo e reforçando a competitividade energética nacional, a resiliência industrial e a equidade no acesso.
	Modernizar as infraestruturas tecnológicas para a competitividade nacional	Fomentar os enquadramentos regulatórios e de incentivos para o investimento nas redes tecnológicas, sistemas de suporte e capacidade tecnológica nacional que assegurem a competitividade tecnológica do país
		Rever o Regime previsto no Decreto-Lei n.º 123/2009, de 21 de maio, tendo em vista a execução do Regulamento (UE) 2024/1309, do Parlamento Europeu e o Conselho, de 29 de abril de 2024, relativo a medidas destinadas a reduzir o custo da implantação de redes de comunicações eletrónicas gigabit (Regulamento Gigabit ou GIA) e, bem assim, atualizar as disposições relativas às infraestruturas em edifícios, conjuntos de edifícios e urbanizações (ITUR) e em edifícios (ITED), prevendo um regime mais simples e a supressão de disposições redundantes;
Infraestruturas de serviços públicos	Garantir capacidade de provisão dos serviços e funções do Estado	Promover o desenvolvimento do Atlantic CAM, atualmente em curso, e atualizar a restante infraestrutura de cabos submarinos, nomeadamente, as ligações interilhas dos Açores e a nova ligação entre a Madeira e Porto Santo.
		Execução, nos modelos contratuais mais adequados a cada caso, das infraestruturas fundamentais para robustecer a capacidade de provisão dos serviços e funções do Estado, promovendo a coesão territorial e a solução das deficiências de rede existentes, com destaque para os setores da saúde, educação, justiça, segurança interna, segurança social e ambiente;
		Requalificar e modernizar os edifícios, promovendo maior eficiência energética e acessibilidade universal;
		Implementar um plano de gestão patrimonial que racionalize recursos, concentre serviços e valorize a proximidade às populações;
Investimentos públicos	Assegurar coordenação e planeamento integrado dos investimentos públicos	Garantir a continuação da prestação do serviço público em todo o território nacional através do contrato de concessão do serviço postal universal.
		Desenvolver um instrumento de coordenação, integração e coerência entre os diversos investimentos públicos e os vários objetivos e prioridades setoriais e para os diversos níveis territoriais (nacional, regional e local).

Eixo prioritário IX – Água que Une: salvaguardar o futuro

A visão ambicionada para o país neste eixo prioritário assenta numa política orientada para dotar Portugal das infraestruturas de captação, armazenamento e distribuição eficiente de água, indispensáveis no atual contexto de escassez e volatilidade hídrica.

Este eixo prioritário integra a estratégia que garante maior segurança e sustentabilidade na gestão da água em Portugal, definindo orientações, medidas e investimentos a médio prazo. Esta política visa mitigar impactos de secas, cheias e alterações climáticas, garantindo abastecimento seguro à agricultura e demais setores, protegendo os ecossistemas e os recursos naturais e conciliando objetivos ambientais, económicos, sociais e de coesão territorial. As necessidades das populações, regiões, ecossistemas e setores económicos sustentam-se em ações que geram um impacto transformador e estão organizadas em três áreas: 1) eficiência, com a reabilitação de infraestruturas, a redução de perdas, a reutilização de águas residuais e o aproveitamento do capital físico; 2) resiliência, com novas soluções para reforçar o armazenamento, a segurança de abastecimento, restaurar rios e ecossistemas, criar reservas estratégicas e interligar sistemas para maior robustez hidrológica; e 3) inteligência, através da modernização institucional e tecnológica, digitalização do ciclo da água, capacitação da administração e gestão integrada dos recursos hídricos.

Este eixo prioritário engloba os temas, objetivos estratégicos e medidas de política pública constantes do Quadro 13. Estes elementos, por sua vez, estão alicerçados nos indicadores de contexto e relacionam-se com os instrumentos de planeamento associados aos eixos prioritários das Grandes Opções 2025-2029, e cuja programação de financiamento e suas fontes são explicitadas nos Quadros 3 e 4.

Quadro 13 – Compilação de temas, objetivos estratégicos e medidas de política pública inscritos no eixo prioritário 9 “Água que Une: salvaguardar o futuro”

Temas	Objetivos estratégicos	Medidas de política pública
Eficiência	Garantir a segurança de abastecimento à população e aos setores de atividade, prevenindo crises hidrológicas	Programa de Ação para a Redução de Perdas de Água, com vista ao controlo e redução de perdas nos sistemas de abastecimento em baixa de água potável.
		Programa Água+Circular, para a promoção da utilização de água residual tratada.
Resiliência	Expandir e modernizar as infraestruturas de aproveitamento hidroagrícola	Programa para a eficiência dos Empreendimentos Hidroagrícolas, que integra diversas medidas de beneficiação e modernização de empreendimentos públicos visando o reforço do potencial produtivo.
	Expandir e modernizar as infraestruturas de armazenamento	Programa para o Reforço do Armazenamento de Água por via do aumento da capacidade das barragens existentes e da construção de novas barragens, e de interligações;
		Programa para a Resiliência Hídrica do Tejo, que reforça a autonomia nacional e a valorização económica e ambiental da região através de um conjunto de medidas que incluem a construção da barragem do Alvito/Ocreza, a otimização da exploração das barragens existentes e o reforço do potencial produtivo ao nível agrícola.

Temas	Objetivos estratégicos	Medidas de política pública
	Promover uma gestão especializada do abastecimento industrial	Programa ZILS/H2O para a gestão integrada e sustentável do abastecimento ao polo industrial de Sines.
	Restaurar rios e ecossistemas	Programa PRORios 2030 prevendo medidas de conservação, reabilitação e restauro de rios e ribeiras, bem como a remoção de barreiras obsoletas à continuidade fluvial.
Inteligência	Reformar a gestão dos recursos hídricos	Programa de Ação para a Digitalização Integral do Ciclo da Água, que promove o reforço das tecnologias e metodologias para o conhecimento em tempo real do estado das massas de água superficiais e subterrâneas e dos consumos e utilizações dos recursos hídricos;
		Programa para constituição do Empreendimento de Fins Múltiplos do Médio Tejo e do Mondego, atentas as múltiplas utilizações existentes nas regiões, com criação de estruturas de gestão especializadas e capacitadas (semelhantes à EDIA – Empresa de Desenvolvimento e Infraestruturas do Alqueva, S.A).

Eixo prioritário X – Plano de reforço estratégico de investimento em defesa

A visão ambicionada para o país neste eixo prioritário assenta numa política que dota o Estado de capacidade de resposta ao novo e exigente contexto geopolítico internacional.

Neste quadro, a estratégia é prosseguir o reforço das relações bilaterais e da participação portuguesa nos fóruns internacionais, consolidando os valores do multilateralismo, da Carta da Organização das Nações Unidas e do primado do Direito Internacional. Aposta-se nas dinâmicas bilaterais e multilaterais nos eixos europeu, lusófono, atlântico e ibero-americano, acompanhadas pelo fortalecimento das ligações à diáspora, reconhecida como ativo económico e cultural da política externa. Também se implementa um reforço decisivo em defesa e segurança, antecipando o cumprimento dos compromissos com a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) e países aliados, garantindo já em 2025 um investimento de 2% do PIB na defesa nacional para modernizar equipamentos, capacitar as Forças Armadas e alavancar a indústria nacional de segurança e defesa, aproveitando iniciativas como o Plano *ReArm Europe/Readiness* 2030. Todo este esforço será concretizado preservando e fortalecendo o modelo nacional do Estado social.

Este eixo prioritário comporta os temas, objetivos estratégicos e medidas de política pública constantes do Quadro 14. Estes elementos, por sua vez, estão baseados nos indicadores de contexto e relacionam-se com os instrumentos de planeamento associados aos eixos prioritários das Grandes Opções 2025-2029, e cuja programação de financiamento e suas fontes são explicitadas nos Quadros 3 e 4.

Quadro 14 – Compilação de temas, objetivos estratégicos e medidas de política pública inscritos no eixo prioritário 10 “plano de reforço estratégico de investimento em defesa”

Temas	Objetivos estratégicos	Medidas de política pública
Investimento em Defesa	Cumprir os compromissos de investimento OTAN e organizações multilaterais	Alcançar 2% do PIB em investimento na Defesa Nacional já em 2025, antecipando a meta de 2029, com 20% do investimento destinado a bens, infraestruturas e equipamentos, em linha com os compromissos OTAN;
		Cumprir os compromissos assumidos no âmbito das organizações multilaterais de que Portugal faz parte.
Indústrias de Defesa	Desenvolver e capacitar o setor industrial de defesa nacional	Alavancar este investimento no desenvolvimento da capacidade industrial nacional na área da Segurança e Defesa, gerando emprego, valor acrescentado e capacidades tecnológicas, de investigação, desenvolvimento e de inovação neste setor em território nacional;
		Apoiar a promoção do cluster de indústrias de defesa, como forma de atrair investimento relacionado com o reforço do investimento em defesa ao nível europeu;
		Estímulo aos investimentos passíveis de duplo uso, militar e civil, nomeadamente meios aéreos de uso militar com possibilidade de adaptação ao combate a incêndios e/ou missões de busca e salvamento.
Forças Armadas	Garantir Forças Armadas capacitadas	Coordenar e sincronizar os ciclos de planeamento de efetivos, de investimento, de orçamentos, de treino e aprontamento de forças, em linha com o planeamento do seu emprego e potencialidades das indústrias de defesa, e assegurar os mecanismos de financiamento que garantam o cumprimento da Lei de Programação Militar de acordo com

Temas	Objetivos estratégicos	Medidas de política pública
		as necessidades nacionais e os compromissos internacionais assumidos.
Ciberdefesa e inteligência artificial	Fortalecer as capacidades de ciberdefesa, aplicar e regular a inteligência artificial no domínio da defesa	Reforçar capacidades de ciberdefesa, em matéria de formação e treino, resiliência, combate a ameaças e gestão de vulnerabilidades, bem como aplicar e regular a inteligência artificial no domínio de defesa.
Gestão de crise	Garantir a continuidade dos serviços em situações de crise	Desenvolver uma estratégia de contingência que assegure o abastecimento e a distribuição de bens alimentares essenciais à população em situações de crise.
Portugal na Europa	Aprofundar a integração e o alargamento europeus	Garantir um aprofundamento da integração europeia nas áreas da segurança e defesa, mas também da simplificação da União Económica e Monetária, do mercado interno e das políticas de comércio livre;
		Apoiar ativamente o alargamento da União Europeia, nomeadamente à Ucrânia, Moldávia e países dos Balcãs Ocidentais, eventualmente Islândia e Geórgia.
Portugal no Mundo	Projetar Portugal nas organizações internacionais	Apostar na eleição de Portugal como membro não permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas.
	Aprofundar dinâmicas comunitárias	Reforçar a afirmação de Portugal no plano global através do reforço do papel e das capacidades da CPLP e da comunidade ibero-americana.

Sínteses

As sínteses são publicações muito breves que sistematizam documentos, geralmente extensos e detalhados, elaborados pelo PLANAPP ou em colaboração com outras entidades.

1. Programa Nacional de Reformas 2022 - Síntese 
2. Grandes Opções 2022-2026 - Síntese 
3. Programa Nacional de Reformas 2023 - Síntese 
4. SIBER: Padronizar informação estatística para melhorar a avaliação de impacto legislativo - Síntese 
5. Grandes Opções 2023-2026 - Síntese 
6. *Artificial intelligence for better regulation (AI4IA@EU)* - Relatório Síntese 
7. Comércio inter-regional em Portugal - Síntese do relatório 
8. Grandes Opções 2024-2028 - Síntese 
9. As empresas no comércio internacional: análise da produtividade entre 2010 e 2021 em Portugal - Síntese 
10. Grandes Opções 2025-2029 - Síntese



www.planapp.gov.pt



PLANAPP



@planapp_



Newsletter



PLANAPP